

Fotos: J. Freitas



PROVIDÊNCIA Delcídio Amaral, na presidência da CPI, anuncia medidas contra o diretor-geral da Abin, chamado de "destrambelhado" pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (foto à direita)

E-MAIL DA AGÊNCIA causa indignação entre governistas e opositores na CPI

"NÃO ACEITAMOS afronta ao Congresso", afirma presidente do Senado, Renan Calheiros

PATROCÍNIOS nos Correios tinham influência da Secom, segundo depoimento na CPI

DIRETOR DA ABIN CAI DEPOIS DE CRITICAR CPI DOS CORREIOS

Páginas 3 a 5



EXPECTATIVA Depoimento aguardado há mais de um ano acontece: Carlinhos Cachoeira chega para depor na CPI e, questionado pela oposição, concentra suas acusações em Waldomiro Diniz

Cachoeira acusa Waldomiro, que tem sigilo quebrado

Propinas que variavam de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil eram cobradas por Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, segundo denunciou ontem na CPI dos

Bingos o empresário Carlos Augusto Ramos, que atua no ramo de jogos eletrônicos e instantâneos. Conhecido como Carlinhos Cachoeira, o empresário aparece em fita de vídeo em que

Waldomiro lhe cobra propina para direcionar licitação em favor de sua empresa. A CPI aprovou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do ex-subchefe da Casa Civil.

Página 4

Impasse deixa indefinida a votação da LDO

Página 6



LUTA Patrícia representa o Brasil em reunião do comitê parlamentar de apoio aos menores, em Genebra

Patrícia quer ação regional em prol das crianças

Representando o Brasil na primeira reunião de trabalho do Comitê de Mulheres Parlamentares para a Proteção de Crianças e Adolescentes, em Genebra, a senadora Patrícia Saboya (sem partido/CE) defendeu a realização de encontros regionais de parlamentares que lutam pelos direitos da infância e da adolescência. Propôs, também, que a exploração sexual seja um dos principais temas da conferência internacional que reunirá em 2006 deputadas e senadoras.

Patrícia relatou ao comitê a experiência brasileira de formação de redes nessa área, destacando que o Congresso conta com uma frente parlamentar há mais de dez anos e que, em maio último, foi firmado um pacto para que sejam montadas frentes semelhantes em todas as assembleias legislativas do país.

No encontro em Genebra, o comitê discutiu a criação de mecanismos para facilitar a comunicação entre as parlamentares que se ocupam da causa da infância e da adolescência em todo o planeta. Uma das idéias debatidas foi a montagem de um *site* na Internet.

Tebet: "Faltam políticas de proteção aos menores"

■ Ao destacar os 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o senador defende a aplicação ampla da lei

Ao comemorar os 15 anos de aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou ontem a necessidade de promover políticas e mecanismos que ampliem o cumprimento da lei. Ele lamentou a inexistência, sobretudo em seu estado, de estabelecimentos adequados para a guarda e reeducação dos me-



FALHA Entre os problemas, Tebet aponta a falta de assistentes sociais nos conselhos tutelares municipais

nores infratores.

– Que lei pode, sozinha, promover alterações quando uma ordem social é injusta? Se uma lei resolvesse, por si só, todas

as questões, a Bíblia seria a solução de todos os problemas – comparou.

Tebet observou que, apesar de estabelecer direitos e obrigações para as crianças, as famílias e a sociedade, o estatuto não conseguiu ainda proteger os menores, pela ausência de políticas públicas. Ele mencionou como exemplo a falta de assistentes sociais nos conselhos tutelares da maioria dos municípios brasileiros, mesmo que a lei o prescreva.

Em apertes, os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e João Capiberibe (PSB-AP) também defenderam o amplo cumprimento do estatuto.



PUNIÇÃO Aelton quer alterar o Código Penal e aumentar as penas para o crime

Aelton pede rigor contra receptação de carga roubada

O senador Aelton Freitas (PL-MG) fez um apelo ontem para que deputados e senadores aprove, urgentemente, proposta que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que altera o Código Penal com a finalidade de aumentar as penas para o crime de receptação ao roubo de carga dos atuais oito anos para 15 anos de reclusão, acrescida de multa. Com um aumento anual em torno de 15% e causando um prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão por ano à economia do país, informou, o roubo de carga se concentra na região Sudeste, onde se registraram 80% das ocorrências.

– Temos de nos mobilizar para aprovar, urgentemente, a proposta, com o intuito de endurecer o tratamento aos criminosos que se envolverem nesse tipo de crime, sobretudo na sua receptação – afirmou.

De autoria do senador Valmir Amaral (PP-DF), o projeto (PLS 156/03) se encontra pronto para a pauta da CCJ, onde recebeu voto favorável do relator, Demostenes Torres (PFL-GO).

Medidas

Aelton recomendou que os esforços contra o roubo de cargas devem ser direcionados especialmente para o combate à receptação. Ele esclareceu que essa também foi a conclusão a que chegaram os representantes do setor, durante o Encontro Mineiro do Transporte Rodoviário de Carga, realizado em junho. Para eles, assim como para o senador, se não houver compra, naturalmente não haverá roubo.

Em Minas, de acordo com o senador, os problemas se concentram na região do Triângulo Mineiro, onde, segundo o presidente do sindicato das empresas de transporte de carga da região, Ari Souza, nos últimos cinco anos as ocorrências do crime aumentaram 600%.

Agenda

MPs trancam pauta do Senado

A sessão de hoje, com início previsto para as 14h, tem a pauta de votações trancada por projeto de conversão (PLV 15/05) oriundo da Medida Provisória 242/05, que muda as regras para concessão

do auxílio-doença pelo INSS. Se for votada, outras matérias poderão ser apreciadas, como a proposta de emenda constitucional que concede licença-maternidade às mulheres que adotarem crianças (PEC 31/00).



CPIs dos Correios e da Emigração Ilegal

A CPI dos Correios realiza, às 10h, reunião administrativa. A CPI que investiga a emigração ilegal para os Estados Unidos e outros países também se reúne hoje, às 10h30, para a escolha

de seu novo presidente. O colegiado era presidido pelo então senador Hélio Costa (PMDB-MG), que se afastou do cargo para assumir o Ministério das Comunicações.

Impasse na LDO

A votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi transferida para 2 de agosto. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Fale com o Senado

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As perguntas, sugestões e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva, manda *e-mail* para seus funcionários classificando integrantes da CPI como "bestas-feras em pleno picadeiro". Congresso reage e ele acaba se demitindo

José Jorge quer convocar ex-chefe dos arapongas

José Jorge (PFL-PE) apresentou requerimento à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência para convocar o ex-diretor-geral da Abin, Mauro Marcelo de Lima e Silva, a prestar esclarecimentos sobre a nota à CPI dos Correios e aos parlamentares que a integram.

O requerimento deverá ser votado na próxima reunião da comissão, possivelmente na próxima terça-feira. José Jorge sugeriu ainda ao presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PT-DF), que discuta a questão com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vários senadores apoiaram José Jorge e o presidente do Senado, Renan Calheiros, que havia manifestado pouco antes sua indignação pelos termos do diretor-geral da Abin.

Diretor da Abin se demite após reação de senadores

O diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva, se demitiu ontem à noite diante da reação do Congresso a um *e-mail* de sua autoria classificando "bestas-feras em pleno picadeiro" os parlamentares que compõem a CPI dos Correios.

O pedido de demissão de Mauro Marcelo foi entregue ao presidente em exercício, José de Alencar, depois que sua situação se tornou politicamente insustentável. A reação começou logo cedo quando o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que "se esse destrambelhado fosse funcionário do Senado Federal, já estaria demitido desde o primeiro minuto".

– Eu quero repelir a insolência. O Congresso Nacional está fazendo tudo para investigar os



INSOLÊNCIA Renan disse que, se Mauro fosse funcionário do Senado, seria demitido na hora

escândalos, para dar respostas, de modo que não vamos aceitar afrontas nem à CPI nem à instituição – afirmou.

O *e-mail* interno da Abin foi emitido na semana passada após o depoimento de Lange na comissão, mas ontem uma cópia chegou à comissão pelas mãos do líder do PFL na Câmara, deputado Rodrigo Maia (RJ).

A repercussão foi tão negativa que o colegiado aprovou requerimento para convocar, além de Mauro Marcelo, o ministro de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix. A CPI também aprovou requerimento solicitando ao Ministério Público da União que investigue os outros trechos do *e-mail* da Abin, segundo o qual a agência teria tentado evitar o depoimento de Edgar Lange.

Atitude de ex-diretor conseguiu unir a CPI

Trazida pelo deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), uma cópia de *e-mail* assinado pelo diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva, provocou indignação entre os integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Na nota, o diretor chamou o funcionário da agência, Edgar Lange, que depôs na comissão, de herói,

por ter "enfrentado as bestas-feras em pleno picadeiro".

O relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), entrou em contato com o ministro-chefe da Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, para se certificar da autenticidade da nota, o que aconteceu logo depois, por telefone. O ministro especificou que a nota era uma mensagem

interna do diretor para os funcionários da Abin.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que, diante da confirmação da autenticidade da nota, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa demiti-lo ainda hoje ou assumir que compartilha de sua opinião de ser o Congresso Nacional "um circo" e os parlamentares, "bestas-feras".



LÍDER Leonel Pavan disse que o governo "é um time que joga junto e tem um técnico"

Pavan acredita que Lula está envolvido

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de estar diretamente envolvido com os atos de corrupção em seu governo, afirmando que "esse é um time que joga junto e tem um técnico".

Leonel Pavan disse que os assessores do presidente envolvidos em atos de corrupção não foram afastados por ele, mas "pediram a conta" e que "o grande líder" é o presidente. Essas pessoas, segundo o senador, dão conselhos ao presidente e o orientam.

– São como unha e carne.

Arthur Virgílio repudia gesto de Mauro Marcelo

O líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), declarou seu repúdio e classificou como "estrangeira" mensagem interna da Abin. Diante da "falta de compostura e respeito com os representantes do povo", o tucano cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a demissão do dirigente.

– Tratar de "besta-fera" quem quer investigar caso de corrupção que torna purulento o governo que está aí, é demais



DESRESPEITO Arthur Virgílio classificou como "estrangeira" a nota do ex-diretor da Abin

– protestou.

Além da demissão de Mauro Marcelo, o líder do PSDB no Senado exigiu que ele venha se explicar à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). Recomendou ainda à oposição

que requeira a convocação do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Jorge Armando Félix, que teria confirmado a autenticidade do documento, para também prestar esclarecimentos sobre o assunto. Arthur Virgílio disse que o teor da mensagem evidencia uma briga interna entre os dois órgãos, o que poderia atrapalhar as investigações sobre corrupção nos Correios.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apelou ao presidente Renan Calheiros para que oficie ao presidente Lula defendendo o Congresso.

ACM classifica governo Lula de "Estado policial"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou o governo Luiz Inácio Lula da Silva como "um Estado policial que precisa ser contido". Ele referiu-se a dois casos para fazer seu comentário.

Primeiramente, citou o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva, "figura da confiança do presidente da República", que teria ofendido o Congresso ao atacar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Em seguida, lembrou a ação da Polícia Federal em São Paulo, onde foi presa a dona da Daslu.

O senador entende que nos dois casos houve uma tentativa de desvio da atenção da opinião pública para abafar a ação das CPIs. Para o primeiro episódio, o senador pediu resposta imediata do presidente do Senado, senador Renan Calheiros. Antonio Carlos considerou ousadas as críticas e ameaças de Mauro Marcelo à CPI, e respondeu da tribuna que "ele não intimida ninguém".

No segundo caso citado, o senador entende que houve arbitrariedade nunca vista "nem no regime militar".

– A empresa de São Paulo emprega mais de 1,6 mil pessoas – disse o senador, ao contestar o procedimento do procurador do Ministério Público que promoveu a prisão e a ação que classificou como precipitada da Polícia Federal.

– Deveriam sim é abrir a sede do PT para ver o que existe lá e averiguar por que razão o filho do presidente recebeu dinheiro da Telemar – finalizou.



ARBITRARIEDADE ACM afirma que nem no regime militar a Polícia Federal agiu dessa maneira



Durante o primeiro depoimento à CPI dos Bingos, Carlinhos Cachoeira acusa o ex-assessor da Casa Civil de extorsão. Integrantes da comissão de inquérito aprovam a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de Waldomiro Diniz

Waldomiro Diniz cobrava propina de até R\$ 200 mil, afirma Cachoeira

O empresário do ramo de jogos eletrônicos e instantâneos, Carlos Augusto Ramos – o Carlinhos Cachoeira – disse ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que Waldomiro Diniz cobrava propina que variava de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil, além de um por cento sobre a receita decorrente das loterias estaduais. A informação foi dada ontem, durante o primeiro depoimento à CPI que investiga as relações das casas de bingo com lavagem de dinheiro e o crime organizado.

Cachoeira aparece em fita de vídeo na qual Waldomiro Diniz pede propina para direcionar licitações, quando exercia a presidência da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), em 2002, no governo de Benedita da Silva.

Segundo Cachoeira, Waldomiro pediu que ele destinasse recursos para a campanha de Rosinha Garotinho ao governo do Rio de Janeiro e também para Benedita, que disputava a reeleição. O depoente disse que



OTIVA Cachoeira (E), ao lado de Mozarildo, Efraim e Garibaldi (presidente, vice-presidente e relator da CPI dos Bingos) foi o primeiro a depor na comissão

não atendeu ao pedido, assim como nada destinou à campanha de Geraldo Magela ao governo do Distrito Federal.

Cachoeira contou ao relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que conheceu Waldomiro Diniz quando ele presidia a Loterj e que, ao longo desses anos, os dois só teriam mantido contatos em “caráter institucional”. Waldomiro foi assessor da

Presidência da República na gestão do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

Em resposta ao vice-presidente da CPI, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o depoente assumiu a responsabilidade pela gravação das fitas que registram a cobrança de propina por Waldomiro. Cachoeira afirmou ao senador Magno Malta (PL-ES) que gostaria de ser acareado com o ex-assessor da Presidência.

CPI aprova quebra de sigilo de ex-assessor

A CPI dos Bingos aprovou ontem a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil e ex-presidente da Loterj. Waldomiro aparece em vídeo divulgado no início de 2004 negociando propina com o empresário do setor de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. O requerimento de quebra dos sigilos foi apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Questionado por jornalistas se o objetivo da CPI era “chegar a José Dirceu”, o presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), respondeu negativamente. Ele frisou que a CPI visa apurar acusações de lavagem de dinheiro por parte das casas de bingo, seu envolvimento com o crime organizado e os fatos relativos ao vídeo em que aparecem Cachoeira e Waldomiro.



ELOGIO Suplicy saúda “atuação do Senado, que segue votando matérias e fiscalizando os atos do Executivo”

Momento é de transparência, ressalta Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que muitos parlamentares da oposição agem como se o país estivesse passando por uma situação de irregularidade e corrupção nunca antes vivida. Para ele, o momento é de “intensa transparência” e disposição do Congresso de apurar os fatos.

– Precisamos saudar o fato desta Casa estar funcionando plenamente e de estarmos votando matérias e cumprindo o dever de fiscalizar os atos do governo – observou.



DESVIOS Opinião pública começa a se inquietar com depoimentos feitos à CPI dos Correios, observa Agripino

Agripino cobra objetividade nas investigações

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou que a opinião pública começa a se inquietar com os depoimentos feitos à CPI dos Correios. Os depoentes, observou, estão “faltando com a verdade e trazendo pouca novidade”. Ele ressaltou, no entanto, que a oposição “não irá perder a obstinação”. Atendendo à sugestão de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Agripino disse que irá propor reuniões conjuntas das CPIs para dar objetividade aos depoimentos.

Henrique nega irregularidades em sua gestão

Ao depor cerca de cinco horas à CPI dos Correios, João Henrique de Almeida Souza, que presidiu a estatal por 15 meses – entre 2004 e 2005 –, negou diversas vezes saber de qualquer irregularidade na empresa durante sua gestão, inclusive no contrato com a Skymaster.

– Não creio que algum edital de minha gestão tenha sido feito para beneficiar alguém, seja quem for. Durante minha gestão, sempre cuidei para que todos os processos fossem formatados dentro das corretas estruturas técnica e jurídica – afirmou.

Henrique frisou que, quando assumiu, a estatal apresentava déficit crescente havia pelo menos três anos, e ele procurou conter as despesas operacionais e aumentar as receitas.

Secretaria de Comunicação tinha influência nos Correios, afirma Dipp

O ex-presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) Airton Lângardo Dipp afirmou ontem, em depoimento na CPI dos Correios, que patrocínios acima de R\$ 50 mil feitos pela estatal eram examinados por comissão interministerial coordenada pela Secretaria de Comunicação de Governo (Secom), dirigida por Luiz Gushiken.

Respondendo a perguntas do relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), Airton Dipp explicou que as negociações dos contratos de publicidade também foram coordenadas pela secretaria.

O ex-dirigente da ECT garantiu não conhecer o empresário Marcos Valério de Souza, acusado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de ser o

operador do “mensalão”.

Airton informou que conseguiu, por meio de renegociação de contrato de transporte aéreo de carga, reduzir o custo em R\$ 100 milhões.

Serraglio indagou do ex-presidente se os preços oferecidos pela Skymaster Airlines – que venceu a licitação – não seriam “inexequíveis”. Airton

Dipp defendeu o resultado da licitação.

Ouvido ontem pela CPI, o diretor da Skymaster Luiz Otávio Gonçalves alegou que a empresa foi prejudicada por grupo de trabalho dos Correios, à época de Airton Dipp. Gonçalves atribuiu o insucesso a suposto interesse da ECT em favorecer a concorrente Promodal.



INTERPELAÇÃO Ouvido por Osmar Serraglio, Delcídio Amaral e Maguito Vilela, ex-presidente da estatal Airton Dipp presta depoimento à CPI



Amir Lando diz que combateu sonegação na Previdência; Delcídio contesta notícia sobre contas de campanha; Mão Santa vê crise mais grave que a enfrentada por Getúlio; Heloísa e Alvaro reclamam de demora na remessa de informações à CPI

Heloísa cobra dados sobre contratos da ECT

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) cobrou ontem, do governo, os dados referentes aos editais e contratos de licitações investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios.

– Nós travamos uma verdadeira guerra para aprovar os requerimentos de informações na CPI, porque os governistas se organizam para fazer a operação abafa. Mas, quando aprovamos, o governo não disponibiliza os dados.

Heloísa expressou sua desconfiança em relação aos contratos entre os Correios e a Skymaster Airlines. Os contratos teriam o valor de R\$ 9,2 milhões por mês no final do governo Fernando Henrique e, sob o pretexto de denúncias de superfaturamento, foram rebaixados, já no atual governo, para R\$ 4,3 milhões. A seu ver, o que seria uma providência positiva poderia ter intenção escusa, como denunciara a Skymaster.



SUSPEITA Heloísa lembra que empresa que doou à campanha de Lula teria sido beneficiada

Essa empresa teria alegado que os preços foram diminuídos para viabilizar a contratação da Promodal, que teria doado R\$ 500 mil para a campanha de Lula. Mais tarde, substituídos o presidente dos Correios e o ministro das Comunicações, os contratos da Skymaster foram reajustados e chegaram a R\$ 9,8 milhões.

Heloísa também reclamou que, nos últimos dias, a TV Senado veiculava outras informações sempre que ela falava na da CPI dos Correios. A senadora ressaltou que poderia ser coincidência, mas que, “por via das dúvidas”, foi à tribuna do Plenário, onde sua palavra não poderia ser cortada.

provas testemunhais, os documentos solicitados pela CPI ao Executivo configuram provas irrefutáveis para a finalização de cada etapa do processo de apuração das denúncias sob investigação.

Alvaro Dias referiu-se ao fato de a Advocacia Geral da União (AGU) ter enviado apenas três contratos já auditados para os senadores da CPI interrogarem os depoentes na audiência de ontem, quando dezenas desses documentos já foram examinados por aquele órgão. São contratos com instituições financeiras e empresas, disse.

– Não chegaram à secretaria da CPI nem os contratos requeridos dentro do prazo legal – reclamou.

Segundo Alvaro Dias, somente em dois contratos de publicidade dos Correios já auditados pela AGU e examinados pela CPI foram constatadas irregularidades que causaram prejuízos da ordem de R\$ 27 milhões à União.

Lando repele acusação de envolvimento em propina

O senador Amir Lando (PMDB-RO) repeliu ontem, em Plenário, denúncias de corrupção divulgadas pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo, esta semana. O telejornal transmitiu gravação que teria sido feita pela Polícia Federal em 2004, na qual duas auditoras fiscais comentam suposto esquema de pagamento de propina ao PT para que o Ministério da Previdência, então comandado por ele, não fiscalizasse indústrias do Rio de Janeiro.

– Nunca conversei com a senhora Maria Auxiliadora. A minha honra é meu maior patrimônio e não pode estar à disposição de magarefes – disse



REAÇÃO Amir Lando afirma que nunca conversou com a auditora da Previdência que o acusou

Amir Lando, referindo-se à auditora que afirma, na conversa gravada, ter-se inteirado do

esquema em reunião com o próprio senador.

Segundo a servidora, Amir Lando teria dito que não fiscalizaria empresas do estado em virtude do acordo com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

O senador garantiu que, em sua gestão à frente do ministério, promoveu diversas operações contra sonegação e fraudes.

Em apartes, senadores de diversos partidos manifestaram solidariedade a Amir Lando e repudiaram acusações aos ex-ministros Waldeck Ornélas e José Cechin, também citados nas gravações.

Delcídio nega irregularidade em contas de campanha

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), contestou, da tribuna, matéria publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que levanta suspeitas sobre sua prestação de contas à Justiça Eleitoral na campanha ao Senado, em 2002.

De acordo com o senador, a matéria, enviada pelo correspondente em Campo Grande (MS), José Maria Tomazela, e intitulada “Gastos de Delcídio e PT em 2002 são investigados”, atribui ao procurador eleitoral Luiz de Lima Stefanini a afirmação segundo a qual o candidato

e o partido gastaram quantias bem maiores do que constam em suas prestações de contas.

Delcídio disse que sua prestação de contas foi apresentada no prazo legal e a Coordenadoria de Controle Interno emitiu parecer pela aprovação. O parecer, ainda segundo o senador, foi submetido a julgamento do Tribunal Regional Eleitoral, que, “por unanimidade”, aprovou-o “sem restrições”, em dezembro de 2002.

Segundo o parlamentar, o fato de a coordenadoria ter dado parecer pela regularidade das contas apresentadas de-



CORREÇÃO Delcídio informa que suas contas de candidato a senador em 2002 foram aprovadas pelo TRE

monstra o equívoco do procurador eleitoral sobre supostas irregularidades. Delcídio afirmou ser fundamental o resgate de sua imagem como cidadão e político, especialmente pelo fato de presidir a CPI dos Correios.

do originado de acordo com os partidos da ditadura militar. Temos de ser vigilantes – disse o senador piauiense.

Mão Santa considerou “graves demais” as denúncias de que um filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria se beneficiado de “tráfico de influência”.

Segundo as denúncias, a empresa de Fábio Luiz Lula da Silva, com capital de R\$ 200 mil, recebeu aporte de capital de R\$ 5 milhões da companhia telefônica Telemar.

Mão Santa alerta para gravidade da crise política

Mão Santa (PMDB-PI) advertiu ontem, da tribuna, que “a crise política do país é mais grave” do que aquela enfrentada por Getúlio Vargas, que acabou levando o ex-presidente ao suicídio. Por isso, ele sugere que o Senado “deve manter a vigília” sobre qualquer tentativa do governo contra o regime



VIGILÂNCIA Mão Santa pede ao Senado que fique atento a qualquer tentativa contra a democracia

democrático.

– O PT não tem nada a ver com democracia. É um parti-



ATRASO Alvaro Dias adverte que demora na entrega de documentos prejudica investigação da CPI

Alvaro Dias quer pressa no envio de documentos

A demora no envio de documentos requisitados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios tem prejudicado o bom andamento dos trabalhos da CPI, afirmou ontem, em Plenário, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele argumentou que, além das

Sem acordo, Mestrinho passa a votação da LDO para 2 de agosto

■ Presidente da Comissão de Orçamento diz que não haverá quórum para apreciar o projeto nas próximas semanas

Não entrou em votação ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. O presidente da Comissão de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), decidiu não abrir a reunião convocada para discutir o projeto porque, no mesmo horário, a Câmara estava em votação. Nenhuma comissão da Câmara ou do Senado pode votar qualquer matéria no mesmo horário de votações dos plenários.

Mestrinho decidiu convocar nova reunião para tratar da LDO somente no dia 2 de agosto, o que provocou protestos da base governista, pois havia quórum para a votação. Com a decisão, o Congresso não terá recesso neste mês. A Constituição determina que deputados e senadores só



Márcia Kolome

POLÊMICA A decisão de Mestrinho de passar para agosto a apreciação da lei orçamentária provocou protestos na base governista, porque havia quórum

podem entrar em recesso em julho depois de votada a LDO.

– Fui realista. Não haverá deputados e senadores aqui na semana que vem para votar a LDO. Nem na semana seguinte. Então, é melhor adiar para 2 de agosto – justificou Mestrinho.

Indignado, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que mobilizou a bancada governista e conseguiu quórum para votação,

perguntava como o Executivo irá preparar o Orçamento do ano que vem, que depende das orientações da LDO. O Orçamento precisa ser enviado pelo Executivo ao Congresso até o dia 31 de agosto.

O relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), lamentou que o PFL não tenha cumprido os acordos que fez com ele, os quais possibilitariam a votação da LDO. O PFL exigia

o completo funcionamento do Congresso durante o recesso para votar a LDO. Machado disse que o Ministério do Planejamento agora deve terminar o projeto orçamentário de 2006 com base na proposta original que o Executivo enviou ao Congresso.

O deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), representante da bancada ruralista, que também obstruiu as votações, afirmou que estava esperando do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, informação sobre como vai ajudar os agricultores endividados e que perderam o último plantio com as estiagens da região Sul.

– Estávamos esperando uma ligação do ministro, para colocar as soluções na LDO. Durante o “tratoração” em Brasília, foi prometido na frente do presidente Lula que o governo iria prorrogar o custeio da última safra e suspender as execuções de agricultores nos bancos. Falaram até de um fundo de 3 bilhões de reais, que também ainda está na promessa – protestou Ronaldo Caiado.



Moreira Moritz

ATRASO Antônio Leite afirma que a malha viária da cidade não acompanhou seu crescimento

Antônio Leite quer obras viárias em Imperatriz

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) pediu ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, melhorias do trecho da rodovia Belém-Brasília (BR-010) que corta a cidade de Imperatriz, no sul do Maranhão. A rodovia, informou, corta no meio a cidade. Ele disse que a malha viária de Imperatriz não acompanhou o crescimento urbano acelerado da cidade. Pela rodovia, afirmou, trafega todo tipo de veículo e o centro da cidade é usado para o fluxo e escoamento do trânsito.

– É preciso fazer melhorias no trecho para minimizar os problemas causados pelo grande número de caminhões, ônibus, carros, carroças, motocicletas, bicicletas e pedestres circulando – afirmou Antônio Leite.

Arthur Virgílio pede votos de aplauso

Sem votação de projetos ontem, foram lidos em Plenário dois requerimentos do senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) solicitando votos de aplauso ao Instituto Sergio Motta e à radialista Mara Régia Di Perna. A primeira homenagem foi pela edição de livro sobre os trabalhos vencedores do 5º Prêmio Sergio Motta de Arte e Tecnologia. A segunda referiu-se à inclusão da radialista na lista das 53 mulheres brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz.

Não ocorreu votação porque a pauta do Senado continua trancada por projeto de lei de conversão (PLV 15/05) oriundo da Medida Provisória 242/05, que altera o regime de benefícios da Previdência Social. Como não houve acordo entre as lideranças para votação da matéria, a ordem do dia de ontem, com 11 itens, dos quais cinco propostas de emenda à Constituição (PECs), foi transferida para a sessão deliberativa de hoje, às 14h.

Mercadante propõe modelo americano para a reforma

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), fez ontem um apelo pela realização da reforma política e propôs o modelo praticado nos Estados Unidos como a melhor forma de financiar as campanhas eleitorais. Para ele, o financiamento de campanha é uma das principais causas da atual crise.

– Enquanto não fizermos a reforma e não tivermos transparência no financiamento de campanhas, continuaremos assistindo a episódios como os atuais – alertou o senador, referindo-se às denúncias de

corrupção nos Correios e ao esquema do “mensalão”.

Mercadante explicou que as campanhas eleitorais, com propaganda na televisão, comícios e outros eventos, têm custos muito altos. Segundo ele, mesmo um partido como o PT, que recebe doações de campanha e de filiados, não consegue arcar com essas despesas.

O senador criticou a proposta de financiamento público exclusivo para as campanhas, como ocorre na Alemanha. Esse modelo proíbe as doações de empresários e pessoas físicas e



Moreira Moritz

DISSONÂNCIA Mercadante se disse contra o financiamento público exclusivo para campanhas eleitorais

cria um fundo cujos recursos são divididos entre os partidos. Ele disse que mesmo a Alemanha, onde as instituições são fortes e os partidos, sólidos, teve problemas com o modelo. Ele propôs que empresários possam fazer doações de forma transparente.

Adiada apreciação de veto ao dízimo partidário

Divergências em torno do projeto de lei que veda aos partidos políticos cobrar contribuição obrigatória dos filiados ocupantes de cargos na administração pública levaram ao adiamento de sua votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Durante a discussão da matéria ontem, o autor do projeto (PLS 384/03), senador José Jorge (PFL-PE), apelou por sua aprovação, mas a votação foi adiada para agosto.

José Jorge lembrou que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que o desconto em folha é proibido, mas que a proibição tem que ser estabelecida em lei.

– É por isso que o PT tem tanto cargo em comissão. Só no ano passado, arrecadou quase R\$ 25 milhões em contribuição de seus filiados – ressaltou.

O relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), apresentou parecer favorável ao projeto. Para ele, a contribuição, de forma indireta,

transfere recursos públicos para a sustentação dos partidos.

O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou voto em separado, aprovando o projeto desde que incluísse emenda vedando apenas a contribuição por desconto em folha de pagamento.

Diante do impasse, o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), acolheu sugestão dos membros da comissão para adiar a votação para o início de agosto.



Moreira Moritz

HOMENAGEM Ana Júlia elogia o trabalho do frei Roziers, que combate o trabalho escravo no Pará

Ana Júlia Carepa destaca prêmio dado a missionário

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) registrou a conquista do 1º Prêmio Roberto Marinho – Cultura de Paz pelo frei Henri Burin de Roziers, integrante da Pastoral da Terra que combate o trabalho escravo e a violência contra trabalhadores rurais no sul do Pará. A iniciativa é uma parceria da Fundação Roberto Marinho e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

– Ele (frei Henri Roziers) tem 74 anos, está desde 1978 no Pará e, durante muitos anos, foi o único a prestar assessoria jurídica na região – comentou a senadora paraense.



RISCO Fausto de Freitas, ao centro, junto a Renan, acompanhado de colegas desembargadores, disse temer que cartórios extrajudiciais fiquem sem controle

Desembargador vê risco de retrocesso na área cartorial

Em audiência com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente do Colégio de Corregedores-Gerais do Brasil, desembargador Fausto Valença de Freitas, manifestou preocupação com a possível aprovação de projeto de lei que retira do Poder Judiciário a competência de nomear os titulares dos cartórios extrajudiciais.

A proposição (PLC 7/05), de autoria do deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE), já foi aprovada na Câmara e tramita agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

O corregedor-geral lembrou que o projeto já havia sido discutido e repudiado num encontro que reuniu os 27 corregedores-gerais, em Belo Horizonte.

– Ficamos surpresos com a aprovação desse projeto na Câmara, que transfere ao Executivo a competência para prover cargos e punir serventuários da Justiça nos cartórios extrajudiciais. Ficaria a nós

apenas a competência restrita de fiscalizar. Como podemos fiscalizar se não podemos punir? – indagou.

Fausto Valença disse que essa brecha legal deixará os cartórios extrajudiciais sem nenhum controle, razão para o alerta aos senadores sobre o risco de retrocesso, inclusive quanto ao retorno de indicações políticas para os cargos nessas unidades.

Agenda

Os ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, e da Fazenda, Antonio Palocci, reúnem-se na próxima segunda-feira com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de fazer uma análise da agenda de votações do Congresso para o segundo semestre. A informação foi prestada ontem pelo ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e Relações Institucionais, Jaques Wagner, após encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

festivos celebram os 216 anos da Queda da Bastilha.

Capiberibe informou que, na ocasião, Lula e o presidente Jacques Chirac vão assinar acordo de cooperação entre os dois países para a construção de ponte sobre o rio Oiapoque, que ligará a BR-156, no Amapá, à rodovia RM-2, localizada na Guiana Francesa.

O senador observou que a rodovia consolidará acordo firmado em 1997 entre o Amapá e a Guiana Francesa, que promove a cooperação entre esses territórios nas áreas de comércio, saúde, meio ambiente, transporte e energia.

No setor de energia, lembrou o senador, o governo brasileiro já aprovou projeto para a construção de uma hidrelétrica no Oiapoque, cujos benefícios vão atingir grande área daquela parte da região amazônica.



COOPERAÇÃO Capiberibe: Lula e Chirac vão assinar acordo que prevê construção de ponte no rio Oiapoque

Capiberibe aplaude ida de Lula à França

A presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos atos da Festa Nacional da França, previstos para hoje, em Paris, recebeu aplausos do senador João Capiberibe (PSB-AP). Os

Maciel cobra do governo construção de gasoduto

Senador alerta para comprometimento de projetos industriais se construção do Gasene não deslançar

O senador Marco Maciel (PFL-PE) cobrou ontem do governo federal a construção do Gasoduto do Nordeste, o Gasene. Segundo ele, o projeto é essencial para o equilíbrio energético da região, assegurando o atendimento das demandas básicas da economia local e da sociedade.

Maciel advertiu que, se houver atraso na implementação do gasoduto, o Nordeste pode enfrentar já em 2007 a falta de energia. Nesse caso, ele teme que o desenvolvimento da região fique comprometido, com a paralisação de importantes projetos. Somente em Pernambuco, informou, está prevista a construção de um estaleiro,



GARANTIA Para Maciel, construção de termelétricas pode evitar futuros "apagões" no Nordeste

uma refinaria de petróleo, um pólo de poliéster e, possivelmente, uma siderúrgica.

– A questão energética é fundamental para qualquer projeto de desenvolvimento e ampliar sua oferta é promover o desenvolvimento do país.

O parlamentar observou que os aproveitamentos hidrelétricos no Nordeste estão esgotados. Disse que o rio São

Francisco, embora ofereça importante contribuição à matriz energética da região, não oferece novos aproveitamentos. Por isso, ele disse que é necessário buscar outras fontes de energia, especialmente a termelétrica, resultante do aproveitamento do gás.

Conforme o senador, o consumo de gás no país é de 38 milhões de metros cúbicos por dia e, desse total, 20% seriam utilizados pelo Nordeste.

Maciel salientou que a utilização de gás na indústria eleva a produtividade de vários setores da economia. Para ele, a construção de termelétricas de baixo impacto ambiental, alta produção e baixo custo certamente servirá para equilibrar o fornecimento energético.

– As usinas térmicas aumentarão a oferta de energia e serão capazes de evitar o "apagão", quando os reservatórios das hidrelétricas caírem a níveis críticos – ressaltou.

César Borges reclama verba para o metrô de Salvador

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, não está cumprindo promessa de assegurar recursos de contratos com o Banco Mundial (Bird) para os metrôs de Salvador, Recife e Fortaleza. A denúncia foi feita ontem pelo senador César Borges (PFL-BA), que lamenta a paralisação das obras do metrô baiano, embora existam recursos disponíveis junto ao Bird.

Palocci, relatou o parlamentar, garantiu aos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Agripino (PFL-RN) que daria solução rápida para o problema, mas nenhum recurso

foi liberado. A audiência ocorreu logo depois de o titular da pasta das Cidades, Olívio Dutra, anunciar o cancelamento do saldo do contrato com o Bird, atitude que motivou reação imediata de deputados e senadores baianos. O prefeito de Salvador também veio a Brasília conversar com o presidente da República.

O empréstimo para o metrô da Bahia, conforme César Borges, é de US\$ 150 milhões. Desse total, esclareceu, US\$ 60 milhões já foram gastos. Dos US\$ 90 milhões restantes, o governo pediu, no ano passado, o cancelamento de US\$ 32 milhões. O remanes-



COMPROMISSO Segundo Borges, ministro prometeu uma "solução rápida", mas recursos não saíram

cente foi o valor cancelado por Dutra este ano.

– É preciso que o governo assuma as responsabilidades sociais que lhe cabem e não fique apenas utilizando discursos que não são seguidos de uma ação conseqüente e prática.

Flexa Ribeiro pede recursos para rede Sarah

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reclamou do governo a liberação de R\$ 3,2 milhões previstos no Orçamento federal para a conclusão, em Belém, da unidade do Hospital Sarah Kubitschek, vinculado à Fundação Pioneiras Sociais.

O senador disse que toda a infra-estrutura física da unida-



PENDÊNCIA Flexa Ribeiro: obras básicas estão prontas, mas há ações que dependem de repasses federais

de foi implantada pelo governo do estado. Aguardados há dois anos, os recursos federais vão

permitir a contratação de pessoal médico especializado e garantir as obras dos blocos da administração e internação.

– O governo anterior, de Almir Gabriel, deixou a obra praticamente pronta. Agora aguardamos os recursos para finalizar a unidade, que atenderá a toda a região amazônica – enfatizou o senador, apelando aos ministros da Saúde, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de que sejam empenhadas as verbas.



SUSPEITAS José Jorge destaca reportagem do *Correio Braziliense* com denúncias contra a Cobra

José Jorge sugere investigação na Cobra Tecnologia

José Jorge (PE), falando pela liderança do PFL, criticou o comportamento comercial da Cobra Tecnologia, subsidiária do Banco do Brasil, que estaria se portando como empresa pública, ao ser dispensada de licitação em contratos com órgãos estatais. Ele destacou reportagem do *Correio Braziliense* sobre o assunto, publicada ontem, acrescentando que, como empresa privada, a Cobra realiza contratos em montantes que chegam a R\$ 200 milhões, sem licitação, com o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste (BNB) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e depois os repassa a terceiros porque não tem como realizar o trabalho.

O senador declarou que a reportagem esclarece essa situação, informando que Kennedy Moura, membro da executiva do PT e secretário de finanças do partido no Ceará, é também assessor da presidência do BNB. Ele seria o responsável pela realização de contrato entre o banco e a Cobra Tecnologia, sem licitação. José Jorge disse que requereu do Tribunal de Contas da União a investigação do contrato entre a Cobra e o Banco do Nordeste, que, segundo ele, suspendeu, "em caráter cautelar", o contrato.



DESIGUALDADE Maguito Vilela destacou que é preciso fortalecer o pacto federativo no país

Jonas Pinheiro cobra promessas a agricultores

■ Senador afirma que acordo feito com produtores rurais no "tratoço" não foi colocado em prática

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu que o governo cumpra as promessas feitas aos produtores rurais quando estes vieram a Brasília em busca de soluções para a crise da agricultura. De acordo com o parlamentar, na ocasião em que houve o "tratoço" – manifestação que reuniu mais de 30 mil produtores e ainda 2,5 mil máquinas agrícolas – ficaram acordados alguns pontos que não estão sendo colocados em prática pelo governo.

Jonas Pinheiro apontou como promessa não cumprida a liberação imediata de R\$ 400 milhões para garantir o preço mínimo de comercialização

Para Osmar Dias, só obstrução resolve o problema

Osmar Dias (PDT-PR) também ocupou a tribuna para cobrar do governo as promessas feitas aos agricultores e à bancada ruralista do Congresso. O senador ameaçou, inclusive, apoiar a obstrução à votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não se pronunciar sobre o assunto. Disse ainda que tem reunião marcada para a tarde de hoje com o ministro Roberto Rodrigues com o objetivo de discutir uma solução.

De acordo com Osmar Dias, a indiferença do governo com o setor produtivo torna-se incompreensível, num momento



GRAVIDADE Jonas Pinheiro diz que produtores voltarão a Brasília ainda mais furiosos que antes

das safras de arroz, milho e algodão.

O parlamentar mencionou que tais recursos já tinham sido prometidos há muito tempo, antes mesmo do "tratoço" e lamentou que até agora o governo não tenha liberado nenhuma quantia. Além dos R\$ 400 milhões, lembrou o senador, foram prometidos

R\$ 600 milhões para o mês de setembro.

– Ora, se há dois meses foram prometidos R\$ 400 milhões aos produtores rurais que até hoje não foram liberados, como o governo vai atender os R\$ 600 milhões para a mesma finalidade? – questionou.

Para o senador, o movimento do "tratoço" não acabou. Ele afirmou que é possível que os produtores voltem a Brasília para reclamar e que eles retornem ainda mais furiosos que da última vez, pois não podem permanecer em seus estados por falta de condições para trabalhar uma vez que não têm como pagar suas dívidas.

Jonas Pinheiro foi apartado pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Osmar Dias (PDT-PR), que reconheceram a luta do parlamentar – o qual representa o estado de Mato Grosso – em defesa do agronegócio.

pequenos e, principalmente a agricultura familiar – enfatizou o senador.

Defasagem cambial

O parlamentar também culpou a crise cambial pelas dificuldades do setor produtivo. Conforme informou, cerca de 6 milhões de pares de sapatos deixaram de ser fabricados em Franca (SP), onde se concentra o setor calçadista.

Para o senador, esse fato pode ser traduzido em mais desemprego na indústria e na agricultura. Por isso, é preciso que o governo tome medidas urgentes para estancar a defasagem cambial. Em apartes, o senador José Jorge (PFL-PE) apoiou o discurso de Osmar



CRISE Osmar lembra que os médios e pequenos agricultores também reivindicam solução do governo

em que o país necessita da criação de empregos.

– Não são apenas grandes produtores que estão reivindicando. São os médios, os



ESTATÍSTICAS Para Azeredo, o presidente Lula vem divulgando números "errados e fantasiosos"

Eduardo Azeredo contesta dados exibidos por Lula

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de divulgar números "errados e fantasiosos" sobre a criação de empregos no país. Ele leu trecho de discurso do presidente, feito nesta semana, em que sustentou que seu governo tem criado 11 vezes mais emprego que o governo anterior. Lula, conforme o senador, disse que a média do governo passado teria sido de 8 mil empregos por mês, enquanto agora chega a 91 mil.

Azeredo informou que, usando estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período 1994-2002 foram criados 11,6 milhões de empregos, formais e informais, o que dá uma média mensal superior a 120 mil novas ocupações. Se considerados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), tirados do Ministério do Trabalho, o número de empregos com carteira assinada no mesmo período foi de 5,6 milhões, o que dá uma média de 58 mil por mês.

– Ninguém sabe de onde o presidente Lula tirou os dados que ele apresentou. Mas de uma coisa temos certeza: não foi das estatísticas oficiais. A realidade é muito diferente do cenário fantasioso apresentado pelo presidente – ressaltou.

Maguito pede renegociação das dívidas dos municípios com a Previdência

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apelou ao governo para que sejam repactuadas as dívidas dos municípios brasileiros. O parlamentar alegou que o endividamento das prefeituras, principalmente com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), cresce progressivamente e o pagamento está se tornando impraticável.

– Os prefeitos não pregam o calote, mas pedem condições mais justas para o cumprimento de suas obrigações – sustentou o representante de Goiás.

Maguito mencionou que há grande desigualdade entre as regiões do país e que é preciso fortalecer o pacto federativo, o que a renegociação das dívidas poderia fazer. Ao citar dados

divulgados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o senador disse que a dívida previdenciária dos municípios passou de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 12 bilhões nos últimos oito anos, em razão do uso da taxa Selic para a correção da dívida. Segundo Maguito, a CNM alega que os municípios não têm como pa-

gar essa dívida.

O senador pediu que o governo edite uma medida provisória ou envie ao Congresso um projeto de lei contendo medidas que ajudem a aliviar a situação das prefeituras.

– Enquanto o governo estuda a situação, os municípios estão quase falindo – preveniu Maguito.